

IX SEMANA DA PEDAGOGIA

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS DA META 4 DO PNE

FAGUNDES, Ana Lucila Ribeiro Dantas¹
PINHEIRO, Fabiana Ferreira²
NUNES, Isabel Matos³

Resumo

Este artigo aborda as políticas de formação docente e Educação Especial compreendendo no Plano Nacional de Educação - PNE, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014 e prorrogado até 2025, o compromisso com a Política de Educação Especial inclusiva no Brasil, que garante o direito à educação de qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Sua relevância atrela à compreensão que a formação adequada dos professores é um fator crucial para que essa meta seja alcançada. Apresenta em seu objetivo analisar os principais desafios que envolvem a Meta 4 do PNE no que tange à formação docente para a Educação Especial. A metodologia da pesquisa bibliográfica utilizada se fundamenta em documentos que discutem a política de formação docente e as políticas da Educação Especial apoiada na Sociologia Figuracional de Norbert Elias. Conclui que os principais desafios relacionados a Meta 4 são: a falta de formação específica para a Educação Especial nas grades curriculares dos cursos de pedagogia e de formação de professores, a escassez de recursos financeiros para a implementação de políticas inclusivas e a teoria nos cursos de formação, distante da prática e a formação continuada frequentemente negligenciada.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação docente. Elias.

Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE), reafirma o compromisso da implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva no território nacional, garantindo que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. O PNE,

¹ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/CEUNES.

² Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES/CEUNES.

³ Orientadora Prof^a. Dr^a. de Departamento de Educação e Ciências Humanas –DECH do Centro Universitário Norte do Espírito Santo-CEUNES/UFES.

Lei nº 13.005/2014, prorrogado até 2025, estabelece diretrizes e metas para a educação, inclui diretrizes específicas voltadas à Educação Especial, elencadas na Meta 4 buscando promover a inclusão desses alunos no sistema regular de ensino e assegurar seus direitos à educação. Assim, propõe:

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (Brasil, p. 10, 2014).

Para alcance desta meta foram elencadas 19 estratégias, dentre elas as estratégias 16 e 18, que refere a formação docente, tanto inicial, quanto continuada. A formação profissional para os professores que atuam com alunos da Educação Especial é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Neste sentido, o trabalho em tela propõe uma análise dos principais desafios que envolvem a Meta 4 do PNE no que tange à formação docente para a Educação Especial. Sua relevância está atrelada à compreensão de que a formação adequada dos professores é um fator crucial para que essa meta seja atingida. Para isso, são utilizadas como metodologia a pesquisa bibliográfica que se fundamenta em documentos que discutem a política de formação docente e as políticas da Educação Especial. Como base teórica, apoiamos na Sociologia Figuracional de Norbert Elias.

1 Política de formação docente e Educação Especial

A política de formação docente para a inclusão escolar de alunos com deficiência é um tema fundamental nas discussões sobre Educação Especial no Brasil. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96, essa questão ganhou espaço significativo, uma vez que a LDB estabelece que os sistemas de ensino devem garantir a formação docente, capacitando-os para oferecer uma educação de qualidade, adaptando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e a organização escolar para atender às necessidades específicas desses alunos.

De acordo Pletsch (2009) a LDB instituiu a "Década da Educação", durante a qual reafirma o ensino superior como nível desejável de formação docente. A LDB afirma que é responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar que os professores sejam capacitados para atender às necessidades dos alunos e oferecer uma educação de qualidade para todos.

Desta forma, é fundamental destacarmos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos com deficiência. Esta política alinhada aos princípios da inclusão escolar, defende que todos os alunos devem ter oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento, independentemente de suas necessidades específicas.

Para Michels (2017) a implementação da política nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva requer mudanças significativas nas práticas pedagógicas, currículos e na formação de professores. A formação docente deve preparar os educadores para reconhecer e atender às necessidades específicas de alunos com deficiência, utilizando metodologias diferenciadas e recursos adaptados. Isso implica uma revisão crítica das práticas educativas tradicionais, que muitas vezes não consideram as diversidades presentes no ambiente escolar.

Além disso, é fundamental que as políticas de Educação Especial sejam articuladas com as políticas de formação docente, de modo que os professores sejam capacitados a lidar com a diversidade desde o início de sua formação. Essa articulação é necessária para que a inclusão escolar deixe de ser uma meta a ser alcançada e se torne uma prática cotidiana nas escolas.

Neste sentido, ressaltamos a Lei nº 13.005/2014, PNE que estabelece diretrizes e metas para a educação no Brasil prorrogado até 2025. As Metas 15 e 16 do PNE foca na formação de professores e propõe que sejam asseguradas condições para a formação inicial e continuada dos educadores. Merece destaque também a Lei nº 13.146/2015, Lei brasileira de inclusão, que estabelece a inclusão de conhecimentos sobre a educação especial nos currículos de formação de professores, visando uma formação mais inclusiva e sensível às necessidades de alunos com deficiência.

A Resolução CNE/CP nº 1/2019, aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, visando garantir uma formação adequada que responda às demandas atuais da educação e respeite a diversidade.

Essas legislações refletem o compromisso do Brasil com a formação docente qualificando-os e preparando-os para enfrentar os desafios da educação contemporânea. O fortalecimento da formação docente é necessário para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e que atenda às necessidades de todos os alunos. A implementação efetiva dessas leis e diretrizes é crucial para alcançar esse objetivo.

Michels (2017) destaca a falta de formação específica para a Educação Especial nas grades curriculares dos cursos de pedagogia e de formação de professores, a escassez de recursos financeiros para a implementação de políticas inclusivas e a teoria nos cursos de formação distante da prática. Destacamos estes fatores como os principais desafios relacionados a Meta 4. Esses apontamentos podem resultar em uma formação inadequada, que não prepara os professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Além disso, a formação continuada é frequentemente negligenciada, e muitos professores não têm acesso a oportunidades de aperfeiçoamento profissional que os capacitem a implementar práticas inclusivas. A ausência de um acompanhamento sistemático e de políticas públicas que incentivem a formação contínua dos professores pode comprometer a efetividade das ações de inclusão escolar, previstas na Meta 4.

Diante do exposto, avaliamos que apesar das políticas de valorização da formação docente, a realidade da educação no Brasil ainda apresenta desafios no que envolve a Meta 4. Neste sentido, apoiamos na Sociologia Figuracional de Norbert Elias que nos ajuda a entender estes desafios em um contexto mais amplo. As interações sociais são fundamentais na constituição dos indivíduos e das práticas sociais, sendo imprescindível considerar as dinâmicas de poder e as relações interdependentes na análise de qualquer fenômeno social.

No contexto destes desafios, Elias (1994) nos leva a refletir sobre como a formação docente é moldada pelas interações entre professores, gestores e as políticas educacionais. A formação docente não deve ser vista como um processo isolado, mas como parte de uma rede de interdependência que influenciam as experiências de ensino e aprendizagem dos alunos público da Educação Especial.

As interdependências presentes na educação implicam que mudanças no sistema educacional podem impactar outros elementos de forma significativa. A implementação da Meta 4 não pode ser efetiva se a formação docente não for realidade no contexto das escolas, se teoria e prática não estiverem atreladas. Isso exige uma articulação entre as políticas de formação docente, da Educação Especial e os gestores, visando à criação de um ambiente que favoreça a inclusão escolar.

Desta forma, compreendemos através da Sociologia Figuracional que a formação docente e a Educação Especial revelam a necessidade de uma abordagem integrada, que considere as interdependências presentes no contexto educacional. Essa perspectiva é fundamental para compreender que a política da Educação Especial na perspectiva inclusiva reafirmada no PNE não é apenas uma questão de acesso, mas de construção de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade.

2 Considerações finais

A análise dos principais desafios que envolvem a Meta 4 do PNE no que tange à formação docente para a Educação Especial demonstra que, embora o Brasil tenha avançado na implementação da política nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva, a formação docente ainda é um ponto crítico para que essa meta seja plenamente alcançada. A falta de formação específica para professores da Educação Especial, somada à insuficiência de recursos financeiros e distância entre a teoria e a prática nos cursos de formação inicial e continuada compromete a eficácia das ações inclusivas. A articulação entre políticas de formação docente e a Educação Especial é fundamental.

A formação docente compreendida através da Sociologia Figuracional permite perceber que esta não ocorre de forma isolada, mas é moldada pelas interdependências entre os diferentes atores do sistema educacional, incluindo gestores e professores. Assim, qualquer mudança na política educacional depende dessas interdependências existente entre a política de formação de professores e a Educação Especial.

A implementação da Meta 4 depende dessas interdependências. A política nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva, não é apenas uma meta a ser alcançada ou um objetivo político. Desta forma, para superar os principais desafios

aqui elencados, a política de Educação Especial e a política de formação docente precisam estarem atreladas a fim de assegurar na formação inicial e continuada dos professores, competências necessárias para responder às necessidades da Educação Especial.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência**, 2015.

_____. Ministério da Educação. **PNE** - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica** - Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MICHELS. M. H.(org) **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão**. Florianópolis: UFSC/CED NUP, 2017.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, p. 143–156, 2009.